



Trabalho **incerto**

TEXTO SAMANTHA KLEIN

FOTOS FLÁVIO DUTRA

APÓS UMA DÉCADA DE CRESCIMENTO da taxa de emprego, renda e diminuição da desigualdade salarial, a falta de trabalho volta a assombrar parcela significativa da população brasileira. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, os últimos dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE) mostram que 10,1% da população procura ocupação, o que significa um contingente de quase 200 mil desempregados. No país, são mais de 10 milhões de pessoas sem emprego, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice é alarmante, considerando-se que há menos de dois anos o Brasil vivia um período de pleno emprego.

O fechamento de postos de trabalho afeta todas as áreas, na avaliação da economista da FEE Iracema Castelo Branco. “A indústria, o comércio e a construção registraram cortes em 2015. Agora temos praticamente todos os setores contaminados, inclusive o de serviços. Em fevereiro, tivemos 15 mil vagas a menos nesse setor, e redução de 12 mil na indústria de transformação, 5 mil na construção civil e 6 mil no comércio”, revela em referência à pesquisa mais recente feita na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A elevação das taxas de desemprego é resultado da retração econômica e da

consequente redução de investimentos em diversas esferas, impactando não somente em quem está em busca de um emprego. As pessoas que estão trabalhando, consequentemente, terão diminuição de benefícios, e quem está ingressando receberá salários menores. Nesse mesmo sentido, a precarização do mundo do trabalho tende a se acentuar, conforme a avaliação de analistas.

Soma-se a esse desinvestimento a falta de capacitação, que exacerba a dificuldade de encontrar uma colocação no mercado. “Temos um bom número de vagas de trabalho, mas não conseguimos preencher 10% delas. A maioria das pessoas não sabe que pode estudar a distância e que existem escolas que oferecem cursos no seu próprio bairro. Explicamos para os candidatos que, se não se capacitarem, a remuneração continuará sempre a mesma”, constata a secretária do Trabalho da Capital, Ângela Oetinger.

Igualmente, os trabalhadores especializados também estão na fila da procura por emprego. A categoria dos engenheiros está entre as mais afetadas após um período de prosperidade para a profissão. “Esse setor é um termômetro da economia. Se a engenharia vai mal é porque o Brasil vai mal também”, resume o presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, Alexandre Wollmann.

A busca

Ao chegar ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) municipal, em Porto Alegre, em uma quinta-feira de abril, vislumbramos o retrato da busca pelo trabalho ou do saque do seguro-desemprego. Quase todos os assentos das seis fileiras estão cheios antes das 9h da manhã. Em um deles, encontramos Deivid Carvalho, 25 anos, após ser demitido do mais recente emprego. Ele era auxiliar de cozinha de uma empresa terceirizada que tinha contrato com o Hospital de Pronto Socorro da capital. O prazo delimitado pela licitação expirou, e todos os trabalhadores foram demitidos. “Vim buscar o seguro, mas depois vou procurar outra vaga em cozinha ou como auxiliar em construção civil”, diz timidamente.

Deivid mora na zona sul, em uma pequena casa, com uma garota de 17 anos que ainda não terminou o ensino médio. Ele parou de estudar quando estava na 6.ª série para se tornar traficante na região da Lomba do Pinheiro, zona Leste. “Mais tarde, acabei preso por três anos no Presídio Central. Mas graças a Ester, parei de usar qualquer tipo de droga. Ela me salvou e me fiscaliza”, revela. Assim que o benefício do seguro terminar, planeja voltar ao trabalho, mas não pretende realizar uma capacitação. “Continuo não gostando de estudar”, admite.

Mesmo com a retração da economia, mais de mil vagas são ofertadas mensalmente no Sistema de Porto Alegre em diversas áreas, em especial na de serviços e comércio. Apesar disso, nem 10% das oportunidades de emprego são preenchidas. O encolhimento do mercado ocupacional, em função da retração da economia, exige mais do trabalhador, já que cresceu a oferta da mão de obra.

“Hoje nossas vagas têm um perfil diferenciado, e os empresários estão solicitando maior nível de qualificação. O problema é que grande parcela dos candidatos não tem a capacitação suficiente. Por isso, se o Sine não puder encaminhar para o mercado laboral, deve indicar cursos de

qualificação. O próprio Ministério do Trabalho determinou que trabalhássemos com o oferecimento de cursos”, ressalta a secretária do Trabalho, Ângela Oetinger.

Por outro lado, o Sistema não tem nenhuma vaga na indústria – um dos primeiros setores a retrain investimentos e enxugar os seus quadros. “Há meses não temos oferta de trabalho na indústria para mulheres e para homens também é algo muito escasso. Na construção civil, houve igualmente o registro de enorme diminuição da oferta de colocações. São justamente as áreas que remuneram melhor”, observa.

Mesmo sendo minoria na fila de espera, trabalhadores mais especializados também procuram vagas no Sine. É o caso de técnicos em enfermagem e contabilistas. “Temos mais de 200 pessoas com ensino superior completo em nosso cadastro. Procuram vagas com salários maiores, mas esse não é melhor período para isso, infelizmente”, acrescenta Ângela.

Outra categoria muito afetada pela crise econômica é a dos engenheiros. Somente no primeiro trimestre deste ano, 156 demissões foram homologadas no estado, somando-se a quase 500 desligamentos em 2015. Os números contabilizam unicamente profissionais associados ao Sindicato dos Engenheiros (Senge). “A recessão econômica e a crise política se convertem diretamente em um processo de redução de obras de logística, mobilidade e geração de energia. É um termômetro da situação do país”, relata o presidente da entidade, Alexandre Wollmann.

Após um período de euforia com os Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PACs), a construção de grandes empreendimentos de mobilidade e urbanização está estagnada, conforme o engenheiro. “Esse desaquecimento não vai refletir nos bancos acadêmicos agora, mas daqui a cinco anos. Esperamos que essa crise passe porque o Brasil precisa reter profissionais para realizar obras de infraestrutura, ou eles migrarão para o exterior.”

Precariedade nas relações de trabalho

A qualidade do emprego tem relação direta com o nível de empregabilidade. Entre 2004 e 2014, o Brasil vivenciou um período de expansão laboral com a situação de “plenitude do trabalho”. Em agosto de 2014, o IBGE divulgou dados que mostravam taxas de desemprego em, no máximo, 5,9%, caso do Rio Grande do Sul. No Rio de Janeiro, o índice era ainda menor – 3,6%. O ministro do Trabalho à época, Manoel Dias, declarou que os dados refletiam que os empregos continuavam em expansão e refutava os índices de retração da economia.

Os analistas do mercado, contudo, divergem desse posicionamento. De acordo com a economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Iracema Castelo Branco, o ano de 2014 já dava claros sinais de estagnação econômica. No entanto, o mercado de trabalho começou a ser atingido a partir de março do ano passado. “Percebemos que o desemprego era relacionado à entrada

de mais pessoas no mercado de trabalho porque a renda já vinha caindo. Por outro lado, se observa que muitas pessoas que podiam se aposentar no setor público o fizeram, por causa de modificações no sistema previdenciário. Além disso, quem tinha direito ao seguro desemprego aguardou uma melhoria no cenário para voltar a procurar uma ocupação.”

Desse período em diante, a crise real ou superdimensionada resultou em diminuição nos investimentos em diversos setores, em redução da produção e em consequente retração dos postos de trabalho. Nessa mesma onda, salários diminuíram e ampliouse a colocação no mercado sem carteira assinada. “O crescimento do desemprego reflete diretamente na elevação do trabalho informal e doméstico, sobretudo para as mulheres. De um lado, a regulamentação do emprego doméstico, porém, generalizou uma série de direitos trabalhistas. Além disso, há pessoas que escolhem o

trabalho informal para não se submeter a horários e chefia, mas é a minoria”, ressalta a socióloga da UFRGS Lorena Holzmann.

Entre ser autônomo e informal no mercado de trabalho, existem diferenças fundamentais. Segundo a professora, ao ser questionada sobre qual tipo de função pode ser considerada mais precária, ela destaca que a maior parte dos trabalhos autônomos não são informais porque necessitam de alvará da prefeitura para existir. “É o caso do vendedor de cachorro-quente, que define o valor do seu produto. Informal é aquele que não tem nenhum registro, trabalha por conta própria e normalmente está na ponta da cadeia de um setor, como o caso da artesã na indústria calçadista. Ela não produz para o consumidor final como o vendedor de cachorro-quente. Ela é subcontratada para fazer um trabalho especializado, mas é o quinto elo da cadeia, com pouquíssimo poder de barganha”, sustenta.



Pressão adoece

Se o desemprego gera angústia, o emprego também pode gerar enfermidades, conforme as condições do ofício. Diante da pressão por alcançar metas, o estresse e a cobrança são verticais, e é o trabalhador da ponta da cadeia quem mais sofre. “A velocidade da produção está além da capacidade de o corpo humano resistir em termos de horas e responsabilidades. É como o atleta de alta performance que sempre está lesionado por conta do esforço acima do limite. Com o trabalhador, a comparação é válida, mas ele estará sem um médico especialista o acompanhando”, sustenta o médico do trabalho e professor da UFRGS Álvaro Merlo.

As doenças que mais afetam os empregados são as osteomusculares, que atingem tendões, músculos e

outras estruturas responsáveis pelos movimentos dos membros superiores, segundo o médico. “Quase metade dos casos de síndrome do carpo (problema que causa dormência na mão e no braço por conta de um nervo comprimido no pulso) resulta em lesões nos ombros. A doença começa com hipersensibilidade e, com o tempo, se o problema não for resolvido, atinge a parte motora. O paciente fica sem força para segurar algo – e a lesão por perda de força é irreversível.”

Além disso, o trabalho deveria significar realização pessoal, e não apenas o dinheiro para se alimentar, pagar contas e viajar nas férias. “Serve antes de tudo para a construção mental do indivíduo. Freud dizia que a saúde mental tem duas bases: a vida amorosa e o trabalho. O

trabalho é o espaço de reconhecimento de identidade do indivíduo – nesse sentido, o comentário de uma pessoa com maior conhecimento ou experiência faz toda a diferença. Mas se alguém recebe xingamentos em lugar de elogios ou críticas construtivas, adoece. Normalmente, o corpo adoece primeiro. O problema psicológico vem depois”, ressalta o professor da UFRGS.

Aquele que sofre assédio moral no trabalho tem o mesmo sentimento de quem sofre assédio sexual. Conforme Merlo, esse é o sentimento de “eu fiz alguma coisa”, “minha saia estava um pouco curta”, “o meu colega está segurando as pontas”. Membro do Ambulatório de Doenças do Trabalho do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o médico diz que muitos não procuram ajuda

para encarar o sofrimento por conta de chefes e gerentes. “As pessoas que chegam ao limite da dor muscular ou com dor crônica. Agora, se perguntarmos se o trabalhador aceita os sintomas como passagens ou mesmo de afastamento, é diferente. O paciente passa a conviver com a dor e não denuncia”, conta.

Os distúrbios ou patologias relacionadas ao trabalho sempre são diagnosticáveis através de exames de raios-x. “Como medir a dor de uma pessoa? Como medir de uma depressão? Caso o médico não aceite os sintomas como passagens ou mesmo de afastamento, é diferente. O paciente passa a conviver com a dor e não denuncia”, conta Álvaro.



Terceiros

Seja com o trabalho informal ou o formal, com carteira assinada, a discussão sobre a precarização das relações de trabalho ressurgiu com força máxima assim que o Projeto de Lei n.º 4.330, adormecido desde 2004, passou a ser discutido no Congresso Nacional. A Lei das Terceirizações gera partidários fervorosos da mesma forma que críticos apaixonados. Parada no Senado, a legislação poderá ser votada a qualquer momento.

A discussão não é exatamente nova no país. Com a liberalização da economia nos anos 1990, a terceirização de serviços determinou um novo padrão de relações de trabalho para diversas áreas no setor público e privado. No entanto, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) limitou a terceirização às atividades-meio com a edição da Súmula 331. A decisão impede que as atividades-fim de uma empresa utilizem serviços ofertados por terceiros. Esse é o ponto a ser atacado pelo projeto de lei em debate.

A precarização é um processo de perdas de conquistas obtidas anteriormente e diz respeito à legislação trabalhista. A socióloga do trabalho Lorena Holzmann destaca que, no Brasil, a questão da terceirização estava na berlinda, mas as consequências da aprovação do tema no Senado tornarão o trabalhador mais vulnerável. Ela acredita que a tendência é a perda de direitos materializados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Um das questões-chave envolve setores de alta periculosidade, a exemplo da indústria petrolífera, no caso as plataformas de prospecção de petróleo. Os trabalhadores são contratados por um período determinado e não passam por treinamento adequado. Os acidentes da Petrobras, nos últimos 20 anos, aconteceram justamente com terceirizados. Sem contar que estes perdem direitos trabalhistas. Quem se obriga a garantir esses direitos? Isso porque não é a matriz que contrata essas empresas, e as terceirizadas ainda recorrem a companhias quarteirizadas para fornecer trabalhadores. O resultado é que ninguém se responsabiliza pelos custos de um acidente de trabalho”, sustenta.

Já o economista da UFRGS Marcelo Portugal utiliza o mesmo exemplo da Petrobras para rebater os argumentos. “Por que a petrolífera tem uma brigada de incêndio própria em vez de terceirizar, como fazem todas as grandes empresas de prospecção de petróleo? Os funcionários ficam parados durante um longo período e, quando acontece um acidente, estarão totalmente despreparados.”

Arranjos de mercado – A legislação brasileira permite tudo o que não é proibido em lei. É o caso da terceirização do trabalho, que nunca teve uma norma clara que a proibisse, com exceção da Súmula 331, que a restringiu.

Marcelo Portugal critica duramente o que ele denomina interferência da Justiça do Trabalho nas relações entre trabalhadores e empresários. O professor da UFRGS garante que é a empresa, seja pública ou privada, que tem a prerrogativa para determinar o que deve ou não ser realizado por uma prestadora de serviços. “O receio em relação à terceirização acontece somente nos países atrasados. O problema é que os sindicatos negociam com as empresas, mas se o caso for para um juiz ele vai desfazer toda a negociação. O trabalhador é visto sob a ótica do Judiciário como incompetente para negociar”, assegura.

Em tese, diz o economista, qualquer atividade poderia ser terceirizada sem prejuízos para os envolvidos. “A liberdade de terceirizar permite maiores ganhos para quem oferta trabalho e para as empresas com a redução dos encargos trabalhistas. Essa é uma boa oportunidade para realizar uma profunda reforma trabalhista e previdenciária com a consequente aceleração da economia.”

Na esteira da aprovação de uma legislação para as terceirizações, Portugal também defende a flexibilização das normas trabalhistas. O economista diz que a Consolidação das Leis do Trabalho precisa ser modificada, pois foi editada em um contexto completamente distinto da atualidade, em que as pessoas trabalham em horários muito mais dinâmicos se comparadas aos industriários que batiam cartão no período em que Getúlio Vargas assinou a CLT. “Nenhum direito precisa ser retirado, basta permitir que o negociado entre sindicatos e empresários tenha prevalência sobre o legislado”, assevera.

Embora mais de mil vagas sejam ofertadas mensalmente pelo Sine de Porto Alegre, nem 10% das oportunidades de emprego são preenchidas. Isso ocorre porque houve um encolhimento do mercado ocupacional em função da retração econômica, e as vagas disponíveis exigem melhor qualificação dos trabalhadores.

causa da pressão de chefes
egam até nós já estão no
algum tipo de inflamação
nos como está a relação
entes começam a chorar

ligados ao trabalho nem
través de um aparelho de
alguém ou o sofrimento
dico perito do INSS não
níveis de licença-médica
possível que essa pessoa
durante o resto da vida”;

Mãos à obra

As circunstâncias a colocaram no canteiro de obras. Ela só não esperava gostar tanto do ofício entre betoneiras e carrinhos, além de superar a depressão. Tudo começou depois da separação do marido e da necessidade de retornar ao mercado de trabalho.

“A oportunidade chegou à minha porta, literalmente. Uma amiga disse que precisavam de serventes de obra para a construção do condomínio no antigo Estádio dos Eucaliptos, que era do Internacional. Fui e me apaixonei pela construção. Hoje me divirto e me sinto tão bem que praticamente não sinto cansaço, mesmo que passe o dia carregando peso”, conta Jocelaine Rocha da Silva. “Além disso, jogar uma massa na parede faz um bem danado. É terapêutico se estou pensando nas ‘inimiga’ ou estou de TPM”, se diverte.

Quando o trabalho terminou, ela começou a cuidar de crianças da vizinhança, além do seu próprio filho, complementando a renda com serviços gerais nos finais de semana. Ainda assim, não era suficiente. “Cobrava muito pouco por criança e nem todas as mães pagavam. A situação estava ficando complicada, mesmo com a ajuda do pai no pagamento das contas do Yuri”, conta.

A partir disso, a jovem de 24 anos se determinou a retomar as atividades no setor da construção civil. Fez cursos na área de acabamento e trabalha, principalmente, em residências. “O período tem sido de pouco trabalho, mas estou buscando uma obra grande para garantir renda durante um tempo. Também planejo terminar o último semestre do ensino médio e fazer um curso técnico em edificações.”

Apesar da disposição e do cuidado com os detalhes, Jocelaine também enfrenta o preconceito em relação às mulheres no setor da construção civil. “Há homens que respeitam e me tratam muito bem, mas há outros que falam gracinhas ou esculacham dizendo que ‘lugar de mulher é no fogão’. Já tive patrão que me demitiu porque eu não quis sair com ele e já tive cliente que me chamou na sua casa somente para me conhecer. Nesses casos de assédio, sempre digo que trabalho com construção, e não com prostituição.”



“Esse é um exemplo de trabalho autônomo que resulta em satisfação e traz bons rendimentos quando a situação é favorável.”

Fátima Wilhelm

Sem parar

Aos 60 anos, Fátima Wilhelm poderia estar curtindo a aposentadoria ao lado do marido e dos netos, mas prefere trabalhar. Depois de atuar por 27 anos na extinta companhia estadual de telefonia, a CRT, e aderir ao programa de demissão voluntária, se viu sem trabalho aos 46 anos. Como sempre gostou de atividades voluntárias, a centelha para uma nova profissão surgiu com a construção, pela comunidade, de uma igreja no bairro Guajuviras, em Canoas.

Nessa oportunidade, aprendeu a assentar tijolos, fazendo um curso na ONG Mulheres em Construção. “Eu já pintava as paredes da minha casa, minha predileção em termos de obra. Mas fazendo capacitações, descobri que existe toda uma técnica para deixar o trabalho muito melhor, com acabamento perfeito”, destaca Fátima. Ao conhecer a fundadora da organização, Bia Kern, ela acabou se tornando vice-presidente da entidade que angaria recursos com empresas para financiar cursos nas mais diversas etapas da construção civil.

Apesar de ainda haver cenas de preconceito dirigidas às mulheres nos canteiros de obras, elas vêm ganhando espaço. “Geralmente, chama a atenção o capricho no acabamento de azulejos, cerâmicas e pinturas. Além disso, ensinamos postura, apresentação do próprio trabalho e mesmo a importância de deixar o ambiente de uma casa limpo após a realização do serviço. Essas características são diferenciais. Sem contar que, em geral, as famílias têm mais confiança em deixar uma mulher dentro de suas residências”, relata entusiasmada. “Esse é um exemplo de trabalho autônomo que resulta em satisfação e traz bons rendimentos quando a situação é favorável.”

